



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS - LICENCIATURA**

KARINA UMBELINO

**EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO GRUPO
RESISTÊNCIA CAMPONESA, LOCALIZADO NO ASSENTAMENTO
GUANABARA DE IMBAÚ - PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

KARINA UMBELINO

**EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO GRUPO
RESISTÊNCIA CAMPONESA, LOCALIZADO NO ASSENTAMENTO
GUANABARA DE IMBAÚ – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de graduação.

Orientador: Elemar do Nascimento Cezimbra

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Silva, Karina Alves Umbelino da
EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO GRUPO
RESISTÊNCIA CAMPONESA LOCALIZADO NO ASSENTAMENTO
GUANABARA DE IMBAÚ - PR/ Karina Alves Umbelino da Silva.
-- 2017.
68 f.:il.

Orientador: Elemar do Nascimento Cezimbra.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
interdisciplinar Em educação do campo ciências sociais e
humanas - licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Desenvolvimento da Agricultura. 2. Revolução
Verde. 3. Agroecologia. 4. MST. 5. Grupo Resistência
Camponesa . I. Cezimbra, Elemar do Nascimento, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



KARINA ALVES UMBELINO DA SILVA

**Experiência de produção agroecológica do grupo Resistência Camponesa,
localizado no assentamento Guanabara de Imbaú - PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Me. Elemar do Nascimento Cezimbra

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Elemar do Nascimento Cezimbra

Profa. Ma. Ana Cristina Hammel

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que em meio a tantas lutas, colocou a educação popular como uma de suas prioridades.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Laranjeiras do Sul que abraçou o projeto de universidade popular, levando Indígenas, quilombolas, Haitianos, Assentados e Acampados da Reforma Agrária, faxinalenses, entre outros, ao ensino superior.

Ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura, e todo o coletivo de professores, pelo comprometimento com a educação do campo, pelos esforços, dedicação e paciência com os acadêmicos do curso.

Agradecer aos meus amigos de curso, que me manterão firmes e sempre me ajudaram no dia a dia na Universidade, principalmente com meu filho Antoni Gabriel.

Agradecer ao CEAGRO, pela paciência e conforto nesses quatro anos convivendo em seu espaço.

Agradecer a minha família, por terem acreditado em mim e por toda a sua ajuda durante o curso.

Agradecer ao meu orientador Elemar do Nascimento Cezimbra, pela paciência e dedicação em relação ao tema proposto no trabalho.

Agradecer ao Grupo Resistência Camponesa, pela disposição e contribuição em relação as entrevistas e acompanhamentos de todo seu processo organizativo.

Resumo: Com o advento da modernização no campo a partir de 1960, o Brasil passa a vivenciar uma nova fase, sustentada pela alta tecnologia e com a abertura para grandes multinacionais. O projeto Revolução Verde que por muitas vezes se dizia necessária, e que era posto como solução para a fome no Brasil, deixou apenas consequências que marcam as questões ambientais, as relações sociais e econômicas do País. É por tais motivos, que a partir de 1980, levou os sujeitos do campo a se construir dentro de movimentos organizados na busca por reconquistar a terra. O MST surge neste período e ao longo de sua história busca construir um diálogo constante entre seu trabalho com a terra e a agroecologia. Neste sentido, este trabalho tem por iniciativa relatar a experiência de produção agroecológica do grupo Resistência Camponesa, localizado no Assentamento Guanabara de Imbaú – PR, um grupo composto por 10 famílias que tomaram como desafio a produção agroecológica em suas propriedades. O trabalho é composto por revisão bibliográfica e as investigações foram feitas a partir de perguntas, observação e como ouvinte das reuniões e cursos que o grupo Resistência Camponesa participou. Portanto, a produção de alimentos saudáveis nas áreas de assentamentos da reforma agrária é fruto de uma necessidade concreta dos sujeitos em fortalecer o diálogo a cerca de uma matriz tecnológica e produtiva que seja sustentável e que respeite as relações socioambientais como um todo. O grupo Resistência Camponesa representa a agroecologia e demonstra que de fato ela acontece no assentamento, e que a cada dia avança na sua produção e fortalece a luta contra o agronegócio

Abstract: With the advent of modernization in the field since 1960, Brazil is experiencing a new phase, sustained by high technology and openness to large multinationals. The Green Revolution project that was often called necessary today is reflected in the search of peasants for alternative work and stay in the field. What was posed as a solution to hunger in Brazil, left only consequences that mark the environmental issues, the social and economic relations of the country. It is for these reasons, that since 1980, it has led the subjects of the field to be built within organized movements in the quest to reconquer the land. The Movement of the landless (MST) emerges in this period and throughout its history seeks to build a constant dialogue between its work with the land and agroecology. In this sense, the research has the initiative to report on the agroecological production experience of the peasant resistance group, located in the Guanabara Settlement of Imbaú - PR, a group composed of 10 families that took the challenge of agroecological production in their properties. The work is composed by a bibliographical review and the investigations were done from questions, observation and as a listener of the meetings and courses that the group Resistance Peasant participated. Therefore, the production of healthy food in the Agrarian Reform Settlement areas is the result of a concrete need of the subjects to strengthen the dialogue about a technological and productive matrix that is sustainable and that respects the socio-environmental relations as a whole. The Peasant Resistance group represents agroecology and demonstrates that in fact it happens in the Settlement, and that every day advances in its production and strengthen the fight against agribusiness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivo geral	11
1.1.1 Objetivos específicos	12
1.1.1.1 Justificativa	12
2 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	12
2.1 Modernizações e a revolução verde no Brasil	15
2.2 Revolução verde: contradições socioambientais.....	18
2.3 O debate da reforma agrária nos anos 80	22
3 AGROECOLOGIA E O MST	24
3.1 MST: sua história e o debate da agroecologia.....	31
4 A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO GRUPO RESISTÊNCIA CAMPONESA	36
4.1 Histórico do assentamento Guanabara.....	37
4.2 Histórico do grupo Resistência Camponesa	38
4.3 Limites e avanços na organização em grupo.....	41
4.4 O processo de certificação	43
4.5 O processo de comercialização em grupo	50
4.6 Perspectivas, tarefas e desafios do grupo Resistência Camponesa, frente a matriz agroecológica.....	56
4.7 Viagens e momentos de formação	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A – Questionário	66
ANEXO A - Mapa de localização do Município de Imbau.....	68

1 INTRODUÇÃO

A nova fase de desenvolvimento no Brasil a partir dos anos 1980 traz uma modificação expressiva no cenário político, econômico e social no campo, tendo o poder hegemônico do capital financeiro como “ditador das regras”. Com esses avanços, fortaleceu as iniciativas de alianças entre os setores das burguesias nacional e internacional, visando além do lucro, o domínio total do capital sobre o campo. De forma sucinta Stedile (2013, p. 9) afirma que, “o capitalismo mundial, a partir da década de 1980, ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento, sendo agora hegemônico pelo capital financeiro e pelas empresas privadas transnacionais”.

Neste mesmo período, o projeto chamado de revolução verde, foi um modelo implantado pela burguesia agrária industrial conservadora, que não se fez por interessada em conservar o meio ambiente, ao contrário, apoderou-se de forma agressiva. O camponês é obrigado a se enquadrar ao projeto com a compra de pacotes, neste processo houve um alto endividamento que sem alternativa, passa a vender suas terras aos fazendeiros, que aumentam o latifúndio e provoca migração para favelas. A revolução verde passa então a ser outro mecanismo de sustentação ao modelo contraditório do capital sobre o campo. Neste contexto, de acordo com Oliveira (2001, p. 187) “A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas”.

Surgem então, os movimentos sociais que se contrapõem a esse modelo insustentável, contraditório e excludente do capital, o agronegócio. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fruto desse processo histórico de luta dos camponeses, que a partir da necessidade concreta, busca realizar ocupações e reconquistar a terra.

No entanto, a conquista da terra não garante a reprodução social desses sujeitos, pois a lógica do agronegócio não atende aos interesses destes, forçando-os a se organizarem para se contrapor a essa lógica de exclusão.

Dessa forma, o MST se coloca na perspectiva de desenvolver outro modelo de produção, como forma de resistência ao capital, adotando a agroecologia como matriz produtiva, entendendo que a “a agroecologia é a síntese do que Santos denominou de tradução entre diferentes saberes, que integra o conhecimento científico e o conhecimento não científico numa perspectiva de diálogo em igualdade de condições” (SANTOS 2002 apud CARLI, 2013).

A produção agroecológica, se estabelece como um caminho de resistência do camponês/grupo sobre o modelo do agronegócio, contemplando as necessidades socioeconômicas das famílias, além de trabalhar e comercializar alimentos saudáveis, respeitando as relações sociais e ambientais.

Considerando os argumentos expostos, a pesquisa tem por objetivo, analisar a experiência de produção agroecológica do grupo Resistência Camponesa, localizado no assentamento Guanabara, município de Imbaú- PR. Este grupo é fruto de uma discussão feita pelas famílias do assentamento Guanabara no ano de 2013, procurando, a partir de parcerias uma melhor forma de trabalhar e qualificar seus produtos agroecológicos. Nestes cinco anos, já se somam 10 famílias, onde três esperam por certificados conforme o regimento da Rede Ecovida¹, instituição a qual pertencem, localizado na Lapa – PR, nominado como núcleo Maria Rosa²

Em relação a pesquisa, trata-se de um estudo realizado através de revisão bibliográfica, método que diz respeito ao levantamento da literatura de relevância, já publicada em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita nos idiomas de português. Foram incluídos alguns artigos, livros textos e teses publicadas no período compreendido entre, 1997 a 2016, sobre o tema em questão, que serve para embasar a investigação referente ao estudo proposto.

Com o intuito de qualificar o trabalho, as investigações foram feitas a partir de perguntas, observação e como ouvinte das reuniões e cursos que o grupo de agroecologia desenvolveu. Para o levantamento de dados foi utilizado

¹ Rede de certificação participativa de produtos agroecológicos.

² Núcleo certificador da Rede Ecovida do Estado do Paraná.

um questionário de perguntas fechadas e abertas (Apêndice A). A primeira parte do questionário foi composta por perguntas fechadas sobre os dados demográficos para identificação do sujeito de pesquisa, como: idade, gênero, grupo familiar, tempo que reside no local de pesquisa. A segunda parte do questionário incluiu perguntas abertas com questões norteadoras sobre produção orgânica e agroecológica, trabalho na propriedade, participação afetiva no grupo Resistência Camponesa e perspectivas futuras, para a família, propriedade e grupo.

Os dados desta pesquisa foram coletados no período de junho a outubro de 2017. O participante foi convidado a participar da pesquisa, foi entrevistado e orientado a responder livremente as questões. A partir de então, os dados foram analisados e conseguinte foram elencados para fazer parte da amostra. Deste estudo foram fichados em instrumento próprio, para posterior obter uma análise detalhada e qualificar assim o presente trabalho.

1.1 Objetivo geral

Analisar a experiência de produção agroecológica do grupo Resistência Camponesa, localizado no assentamento Guanabara, município de Imbaú- PR.

1.2 Objetivos específicos

- Descrever as consequências do modelo de modernização no campo com o pacote da revolução verde, que gerou muitos danos ao meio ambiente e a saúde.
- Compreender a proposta de alternativa agroecológica do MST para os assentamentos.
- Descrever a experiência agroecológica do grupo resistência camponesa.

1.3 Justificativa

Devido às consequências do modelo do agronegócio e a expulsão do sujeito do campo, coloquei minha família ao enfrentamento da reconquista de sua terra, passando então ao processo de acampamento até a validação do assentamento. Hoje, 15 anos assentados, vivenciamos além de muitas lutas, a dificuldade em enquadrar-se nos parâmetros ditados pelo capital. O MST e suas palestras, cursos e experiências, gerou outra visão de produção, desde então, o assentamento constitui em seus lotes iniciativas agroecológicas.

Por residir a mais de 12 anos no assentamento e construir uma relação próxima com o grupo Resistência Camponesa e participar ativamente nos debates da agroecologia no MST, interessei-me em aprofundar estas questões, e fortalecer a ideia de que o modelo do agronegócio é insustentável e excludente. Outro fator é que juntamente com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, compreendi como a educação do campo é importante para a discussão acerca da alternativa agroecológica e do modelo imposto pelo agronegócio.

2 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Para compreender as questões da produção de alimentos agroecológicos na perspectiva do campesinato é imprescindível a necessidade de retomar ao histórico do desenvolvimento do país, pois seus vários projetos

refletiram na agricultura estabelecida aqui no Brasil. Partindo dos anos de 1980, momento que surge um novo modelo de desenvolvimento econômico, gerando mudanças na sua estrutura social, econômica e política.

Até meados dos anos 80 o Brasil vivencia um período de muita expansão e intensificação urbana e industrial, pensado para beneficiar uma pequena parcela da sociedade. Hoje vários autores descrevem e revelam o caráter contraditório e insustentável desse processo. Para se compreender como esse modelo vem se estabelecendo no Brasil, se faz necessário recorrermos ao início das relações urbano-industriais que foram se expandindo rapidamente no Brasil. Assim, compreendemos historicamente como a miséria vista no Brasil atual, se encontra a partir da concentração de grandes latifúndios e a não reforma agrária, como feita em outros países.

Voltando ao governo Vargas (1930 – 1945), de acordo com Stedile (2005) instaura-se o projeto nacional desenvolvimentista, surgindo então a burguesia industrial, que toma e compartilha o poder político com as oligarquias agrárias brasileiras e impõem seu modelo industrial dependente. Então começa uma nova fase na história econômica do Brasil.

Parte das terras antes dedicadas ao cultivo de culturas de exportação, principalmente do café, são convertidas para a produção de matérias-primas agrícolas destinados ao mercado urbano-industrial em rápida expansão. Mas a estrutura fundiária permanece extremamente concentrada (ROMEIRO, 2002, p. 120).

As oligarquias continuam fundamentais neste período devido aos seus grandes latifúndios, mas perdem um poder essencial para se manter no controle econômico do país. Como aponta Stedile:

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para exportação, mas não mais detém do poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas mantêm como classe social (STEDILE, 2005, p. 30).

Por vez os que mais sentiram esse impacto, foram os camponeses, obrigaram-se a entrar nas regras do mercado e adaptar-se a trabalhos vinculados à indústria. A necessidade da indústria neste momento era levar o camponês ao processo de migração para centros urbanos, pois assim ao sair

do campo, aumentaria ainda mais os latifúndios, além do aumento da população desempregada na cidade, a indústria controlaria exércitos reservas e o controle sobre o salário mínimo.

De acordo com Stedile (2005) neste período o estado com um caráter nacionalista, estabelece regulamentações para poder controlar todo o processo de acumulação de capital da indústria, desde o controle do salário mínimo, ao fornecimento de créditos, o aumento das taxas de juros, além de submeter às indústrias a processos burocráticos capazes de fazer com que o Estado detenha do máximo de controle sobre a industrialização no país.

Em meados dos anos 50 o desenvolvimento do país começa a ganhar outro caráter, o campesinato por vez, se vê coagido, e novamente sem estrutura para se contrapor aos projetos ascendentes do momento. A partir de então, de acordo com Martins (1997) No campo há um aumento de iniciativas através do governo para financiamentos e aquisição de créditos fundiários, visando o aumento do setor tecnológico no campo (mecanização agrícola). Como descreve Martins (1997):

A partir dos anos cinquenta, aproximadamente, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. O próprio governo começa a estimular, através de financiamentos, subsidiados do Banco do Brasil, dos bancos oficiais em geral e dos bancos particulares, a modernização tecnológica com a mecanização das grandes fazendas. (MARTINS, 1997, p. 21).

Os latifundiários começaram a estabelecer a partir da tecnologia uma rentabilidade maior de suas terras. Os colonos que moravam de favor nessas fazendas e ocupavam um pequeno espaço para produzir sua subsistência perderam sua importância e foram expulsos rapidamente. Os colonos começam a ganhar outro caráter mais conhecido como “boias frias”, neste momento há uma nova forma de ligação entre o proprietário e o colono, como contempla Martins (1997) “o fazendeiro - compra a sua força de trabalho em troca de salário”.

No meio desta efervescência de mudanças tecnológicas e trabalhistas a elite burguesa observou a necessidade de mudanças no direito à propriedade, diferentes de outros países, no Brasil, negaram a reforma agrária. Acarretando em problemas existentes até os dias de hoje. Martins aponta algumas questões:

Selaram, por isso, o destino do país e de todos nós, condenando-nos à modernização inconclusa, a um desenvolvimento econômico excludente e a um modelo político de democracia precária e não participativa. (MARTINS, 1997, p. 23).

A partir de meados da década de 60 o país desenvolve tecnologia, promulga créditos fundiários com o apoio do estado e coloca a população rural em um nível de exclusão e precariedade social inesgotável de complicações que se emergem até então.

A burguesia, neste momento induzida pelas indústrias multinacionais, traz para o Brasil novos projetos para acumular ainda mais capital e seus latifúndios. Para melhor entendimento adentrarei em um dos projetos do capital que quando instaurado no Brasil (1960 – 1970), muda o cenário da agricultura e reflete até os dias de hoje.

2.1 Modernizações e a Revolução Verde no Brasil

Com o fim da II Guerra Mundial, novos modelos para o avanço da economia começam a surgir. Pois a indústria química, já não mais produzia armas bélicas e viu na produção agrícola uma nova maneira de aumentar seu capital. Como afirma OLIVEIRA e NASSER (2007, p. 45) “muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola”. Sendo assim, um novo projeto desenvolvimentista começa a ganhar corpo e se espalhar pelo mundo.

Este período foi denominado como “revolução verde” e tinha como principal finalidade o aumento e acúmulo de capital para as grandes empresas multinacionais. Levado à sociedade como modelo ideal para o fim da miséria e da fome dos países, e está baseado no aumento e avanço tecnológico no campo, desde o uso intensivo de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticidas e fertilizantes químicos, além, da presença de inovações em máquinas pesadas: tratores, colheitadeiras, plantadeiras, etc. Para melhor esclarecimento da real implantação deste modelo, Oliveira e Nasser, fazem alguns apontamentos.

as reais intenções da grande empresa na modernização da agricultura, que são a maximização do lucro através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e a aquisição de royalty por intermédio dos pacotes tecnológicos, criando um círculo de dependência para o agricultor que só adquiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais. (OLIVEIRA e NASSER, 2007, p. 47)

Esses pacotes tecnológicos continham insumos agrícolas (sementes geneticamente modificadas, conjunto de agrotóxicos, adubos e fertilizantes) programados para serem utilizados desde a preparação do solo até a colheita. Lembrando que essas sementes modificadas, denominadas como transgênicas, são preparadas para suprir uma quantidade exata de adubos, venenos e fertilizantes químicos durante todo o seu processo, desde o plantio até a colheita.

Este projeto então não passa despercebido pelos olhos da grande burguesia industrial brasileira. Em meados de 1960, esse novo modelo se instala no Brasil. Neste momento, o Brasil passava pela opressão militar e defendia uma única classe. Como esclarece José Maria Gusman Ferraz ao ser entrevistado por Coralina Octaviano:

Essa revolução foi introduzida no país na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada. (OCTAVIANO, 2010 s/n).

Dois aspectos importantes surgiram a partir dessa proposta, duas maneiras de interpretar o desenvolvimento do campo visando o aumento da produção de alimentos. Como descreve Zamberlam:

Muito se discutia de que maneira o país conseguiria aumentar sua produtividade agrícola. Duas visões distintas predominavam: a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária (ZAMBERLAN e FRONCHET, 2001, apud. CARVALHO e NASSER, 2007, p. 48).

Claramente, como afirma o autor, “sem nenhuma surpresa, o governo militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes”. Essa postura vai ser muito questionada por seus críticos que vão chamá-la de modernização conservadora (ROSA, 1999 apud OLIVEIRA, 2007).

Com apoio total do Estado, as grandes empresas instaladas no Brasil conseguem apoderar-se de políticas públicas, créditos fundiários além de instituições voltados para pesquisas laboratoriais, Octaviano explica:

Na época em que foi introduzida, foram criadas políticas públicas para adoção do novo modelo por parte dos agricultores. Entre elas, pode-se citar o crédito subsidiado atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo, também é considerada como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor. (in OCTAVIANO, 2010, s/n).

Neste sentido, o governo continua como protagonista fundamental neste período.

Este projeto foi financiado pelo grupo Rockefeller, tinha como proposta também o aumento da produção de alimentos para assim acabar com a fome no Brasil. Podemos destacar que no Brasil houve aumento de inovações tecnológicas e científicas incorporadas principalmente em máquinas e insumos agrícolas importados, configurando um processo de crescimento econômico ainda mais excludente.

O projeto se expandiu rapidamente, assim como em outros países, aqui no Brasil houve um incentivo para a compra dos pacotes tecnológicos, que levaram médios e grandes produtores a fazer financiamentos para adquiri-los . Este projeto trouxe consigo vários embates contraditórios e de exclusão, no Brasil em específico, Romeiro (2002), de forma sucinta aponta algumas questões relevantes para o entendimento deste período:

De um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, a escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravidão da mão- de- obra, seguida de precárias condições de acesso a terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão- de- obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta. (ROMEIRO, 2002, p. 118).

A questão central desde período e mais impactante, é que essa implantação da burguesia agrária industrial conservadora não se fez por interessada em conservar o meio ambiente, ao contrário, se apoderou de forma agressiva. Por esse motivo, é importante aprofundar as questões socioambientais deste período relacionando com os dias atuais dando ênfase

ao processo de transgenia, uso intensivo de agrotóxicos e seus riscos à saúde e a devastação de matas para a implantação de monocultivos.

2.2 Revolução verde: contradições socioambientais

A atuação do homem sobre a natureza foi o fator mais impactante no processo da revolução verde. Em meio à efervescência gerada pela implantação dos pacotes tecnológicos, o meio ambiente passou despercebido pelos sujeitos, ou até mesmo, recebeu pouca importância naquele momento. Além da extinção de várias espécies, tanto animais como vegetais, a modernização na agricultura também formulou em laboratórios modificações genéticas, que foram impactantes na agricultura brasileira.

O processo de modernização na agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais, quanto vegetais, por ter se dedicado a produtos, economicamente mais rentáveis. Estimativas realizadas pelo *Worldwatch institute, USA* mostram que a erosão genética, hoje, é de uma espécie a cada hora (ZAMBERLAN e FRONCHET, 2001 apud OLIVEIRA e NASSER, 2007, p. 50).

A questão da valorização da genética marcada com a revolução verde é fundante para o processo de devastação da natureza e o meio ambiente. Principalmente as sementes geneticamente modificadas. De acordo com Octaviano

um dos problemas ambientais e de saúde que podem resultar da implementação das sementes transgênicas, seguida da utilização de agrotóxicos. “O uso de um produto seguidamente leva à seleção das plantas resistentes, que passam a competir com a cultura. Num primeiro momento, aumenta-se o uso do herbicida, aumentando o impacto ambiental pelo aumento dos resíduos. Como isso não tem resolvido o problema, agora aparecem plantas transgênicas chamadas de ‘piramidadas’, que são resistentes a mais de um herbicida, ou plantas transgênicas que usam herbicidas com maior toxicidade, e em alguns casos sob suspeição de causarem graves danos à saúde e ao meio ambiente”. (in OCTAVIANO, 2010 p. s/n).

Octaviano (2010, s/n) coloca em discussão a revolução verde e sua ideia de transgenia “o discurso de que os alimentos geneticamente modificados podem acabar com a fome no planeta é a mesma falácia utilizada por aqueles que defendiam a implementação da Revolução Verde” e ainda esse, como elemento agravante aos problemas sociais e ambientais. Conclui dizendo: “Como esse modelo está se esgotando, o novo rearranjo para mantê-lo por

mais tempo é a introdução de plantas transgênicas com o uso casado do agrotóxico” (OCTAVIANO, 2010, p. s/n).

De acordo com a reportagem do jornal Democracia Direta (2013), o Brasil, com seu modelo tecnológico voltado à produção de transgênicos, anualmente espalha em suas lavouras cerca de 500 mil toneladas de agrotóxicos a base de glifosato. Pelo sexto ano consecutivo, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. A Syngenta uma das empresas responsáveis pela venda dos agrotóxicos, desde 2007, recebeu autorização para plantio comercial de mais cinco variedades de milho transgênico. Os agrotóxicos (fungicidas, glifosato e inseticidas) podem causar problemas de saúde, os primeiros sintomas são tonturas, dores de cabeça, vômitos, dores musculares, dificuldade respiratória, convulsões etc. Em seguida doenças como, cânceres, distúrbios mentais, paralisias entre outros. (THUSWOHL, 2013) nos relembra o fato que aconteceu em Mato Grosso, uma pulverização aérea sobre uma escola do Rio Verde, causou mais de 93 casos de intoxicação em crianças

O agronegócio impulsionou grandes latifundiários ao desmatamento desordenado das áreas de florestas de preservação ambiental, destinando para implantar o sistema de monocultura de algumas espécies de cereais principalmente a soja e o milho. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, publica em seu site o projeto de monitoramento do desmatamento na Amazônia, chega a uma estimativa que apenas entre os anos de 2015 e 2016 a uma taxa de 7.989 km² de corte de madeira na floresta Amazônica. Neste processo da implantação da monocultura é que começam a surgir problemas calcados pela utilização de agrotóxicos/venenos (INEP, 2016).

Em resumo, os latifundiários desmatam grandes proporções de terras, antes contempladas por matas nativas, utilizando-se de cortes de madeiras e queimadas para dar início aos seus plantios, em seguida, os inimigos naturais aparecem, e buscam então subsidiar pesquisas e testes laboratoriais, que têm por finalidade elaborar agrotóxicos que levem as plantas a se tornarem cada

vez mais resistentes. Agrotóxicos esses que agrirem a terra, o meio ambiente, a diversidade, o homem e tudo mais que tenha vida e estiver a sua volta.

Torna-se claro que o fazendeiro trabalha dentro de um ciclo vicioso, pois como afirmam Oliveira e Nasser (2007) “Há de se registrar que, na medida em que se utilizam tais insumos para eliminação das pragas, as mesmas se tornam mais resistentes, demandando cada vez mais o uso de agrotóxicos”, Portanto,

a maior causa da perda da biodiversidade é a abertura de novas “terras” para a agricultura, pecuária extensiva é até mesmo para especulação imobiliária. O praguejamento nas lavouras monocultoras sugere o uso indiscriminado de pesticidas. Esses “[...] aumentaram os custos econômicos para a agricultura devida tanto à necessidade de doses mais intensivas, quanto à redução dos lucros causada pela resistência dos insetos nas monoculturas (ALTIERI e MASERA, 1997, apud BALSAN, 2006, p.131)”.

Assim, o cenário Brasileiro na década de 60-70 nos apresenta diversos fatores de egoísmos frente à natureza e ao próprio homem. Portanto, considera-se que o processo de modernização no campo brasileiro nos colocou em momentos de reflexão sobre o uso da terra de forma indiscriminada, devido ao fato das grandes empresas nacionais e multinacionais procurarem receber mais lucro em menos tempo possível, passando por um consumo desenfreado dos recursos naturais.

Caporal e Azevedo (2011) nos alertam sobre a relação da ética e dos valores nestas situações frente à natureza. De acordo com os autores, o fundamento básico da sociedade capitalista, é levar o homem ao desejo de lucrar e consumir descontroladamente. A relação do homem sobre natureza passa a ser usada a partir de um desejo individual de lucro, como citado acima a partir de exemplos, é claro que, o desejo individual passa a ser um problema social, pois acarreta a sociedade como um todo. Ou seja, a relação homem e natureza se torna um fator importante também no campo da ética que segundo os autores acima “a ética é a reflexão sobre as atitudes e ações apropriadas com respeito aos seres e processos com relevância, onde a relevância tem que ver com o fato de que estes seres e processos têm importância em si mesmos” (HEYD, 2003 apud CAPORAL, AZEVEDO, 2011, p. 48).

Para além disso, todo esse processo acaba repercutindo em diversos problemas, “questões ambientais, inchamento das cidades, concentração da

terra e da renda, intensificação das lutas sociais, inclusão e/ou exclusão de segmentos sociais” (BALSAN, 2006, p. 145).

Neste período, também se inicia a intensificação das lutas sociais no campo, como também ONGs e movimentos ambientalistas, que buscam a conquista da terra, a preservação dos biomas Brasileiros, além de parques de preservação ambiental, entre outros, que buscam novas formas de produzir e preservar o ecossistema.

Os movimentos sociais no campo a princípio buscam pressionar o governo para que haja a reforma agrária no país, e assim trabalhar no campo produzindo alimentos saudáveis e contribuindo com o meio ambiente. Assim surge o debate da agroecologia como uma ciência que constrói este diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento não científico, e a relação harmoniosa entre o homem e a natureza. Portanto, a agroecologia passa a ser a melhor forma de trabalhar e produzir alimentos saudáveis e ecológicos, respeitando e fortalecendo a relação socioambiental do homem com a natureza. Como aponta Altieri (2010) tanto os camponeses, como as comunidades indígenas, cientistas e organizações não governamentais serão os criadores e guardiões de uma diversidade biológica e genética que a cada dia enriquecerá a cultura alimentar de todo o planeta.

Neste sentido, há uma disputa por territórios no Brasil, de um lado estão empresas nacionais e multinacionais buscando territórios com maiores recursos naturais, como os minérios e a água e solos férteis para a implantação de monoculturas, tudo isso, visando mais lucro em menos tempo. Do outro lado estão, os movimentos do campo, indígenas, quilombolas, faxinalenses, entre outros sujeitos, além de ONGs, buscam reconquistar seus territórios ou permanecerem neles para assim garantir a soberania alimentar e a preservação da natureza. Neste embate é que a partir dos anos 80 o debate da reforma agrária foi intenso, pois adentra a várias questões como a recusa do governo pela tão esperada reforma agrária e as consequências ambientais, tanto para o campo, como para o meio urbano.

Desta forma produzir alimentos saudáveis parte da consciência de cada indivíduo em olhar as questões de saúde do ser humano e do ambiente como importante. Porém só isto não basta, precisa de terra para plantar, terra esta, que sempre foi mantida nas mãos de poucos. Caporal e Azevedo fortalecem o

diálogo a cerca da necessidade da relação entre reforma agrária e a agroecologia.

Agroecologia e reforma agrária se complementam e se fortalecem. São sinônimos de resistência, de luta pela vida, de futuro. A reforma agrária é a chama que não se apaga, é a esperança dos que já não têm o que perder. Assim, reforma agrária é parte do conjunto de ações para superação do latifúndio improdutivo e da injustiça social. (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 181).

Neste sentido, descreveremos alguns aspectos sobre o debate da reforma agrária nos 80, além do surgimento de movimentos que lutam para a conquista da terra, dando destaque ao MST, tendo como intuito a de qualificar o presente trabalho.

2.3 O debate da reforma agrária nos anos 80

A década de 1980 é marcada pelo intenso debate acerca do modelo calcado pela burguesia industrial, visto que a reforma agrária para o capitalismo, já não mais era importante. Já para, as classes trabalhadoras e o operariado o interesse não diminui, ao contrário, ela a cada dia se tornava mais significativa.

Dentro das várias questões que norteiam o desenvolvimento do país nessas décadas, pode-se considerar um projeto que por várias vezes se viu como contraditório. De acordo com Oliveira (2001, p 186) “a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória”. Em outros países a propriedade privada sempre foi vista como entrave nas questões de desenvolvimento do capitalismo, no Brasil com a aliança da burguesia em conjunto com o poder político teve seu sentido reverso, o desenvolvimento do capitalismo foi fundante para sustentar a propriedade privada da terra. Nas palavras de Ariovaldo,

No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Neste sentido a extensa concentração fundiária apresentada no Brasil é parte fundamental na constituição do desenvolvimento socioeconômico do país. Tanto a concentração massiva de propriedades privadas quanto o homem sofrendo impactos sociais, torna-se nítido a contrariedade e desigualdade do processo de desenvolvimento econômico do capitalismo no país. As grandes áreas territoriais estão concentradas em uma pequena parcela de pessoas ou de poucos grupos econômicos, para os quais, a terra possui duas finalidades, muitas vezes aparecem como reserva de valores, e outras como reserva de patrimônios privados, que responderia como mecanismo para garantir acesso a financiamentos bancários e até mesmo em sistemas de políticas incentivadas pelo governo. Em relação a isso, Ariovaldo interpreta a contradição da seguinte maneira:

A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis (OLIVEIRA, 2001 p. 186).

Por esse fato a população que reside no campo também é afetada, de acordo com Oliveira (2001) o camponês passa a ter duas alternativas, migrando para a cidade ou buscar o enfrentamento direto no desejo da conquista pela terra. Portanto, os povos do campo começam a organizar, voltando o debate da questão agrária e o fortalecimento do sindicalismo rural. Ou seja, ao não aceitar a migração para a cidade ou as fronteiras dispostas nos projetos de colonização, é que começa o processo de enfrentamento sobre o capital, a população do campo vê que a organização do mesmo é a melhor forma de resistir. Ariovaldo em seu artigo destaca.

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Temos então como exemplo, as Ligas Camponesas do nordeste e mais ao sul o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mastar). Esses movimentos organizados sofreram fortes perseguições no período da ditadura e logo foram praticamente extintos, considerando aqui que os indígenas e quilombolas passam por enfrentamentos ainda mais constantes pela permanência em seus territórios adentrados nas matas Brasileiras.

O MST, que surge na década de 80, passa a se contrapor a esse modelo e buscar novas maneiras de trabalhar junto a terra, partindo de práticas alternativas visando a produção de alimentos saudáveis.

Em meio a tantas mudanças no cenário do campo, hoje com seu modelo convencional de produzir, é que uma pequena parcela da sociedade busca a partir de uma nova forma de produzir, e assim, tentar fugir do modelo hegemônico imposto pelo capital agrário do país.

Então o MST aprofunda seus estudos voltados à agroecologia, buscando avançar em seus debates e se apropriar do conhecimento teórico e prático que a agroecologia proporciona para o sujeito do campo, e ainda, Caporal e Azevedo (2011) afirmam que as áreas de assentamentos são o lugar onde se consegue trabalhar práticas de transformação da realidade produtiva e de organização dos sujeitos do campo, colocando a agroecologia como processo de sustentação desta transformação no campo.

3 AGROECOLOGIA E O MST

Em meio a tantas mudanças no cenário do campo, hoje com seu modelo convencional de produzir, é que uma pequena parcela da sociedade busca

meios alternativos para fugir deste modelo hegemônico imposto pelo capital agrário do país. Uma matriz produtiva que construa mecanismos de fortalecimento da relação homem e natureza.

Porém nos dias de hoje, o capital leva o sujeito do campo a uma superdependência de seu modelo, e mais, se apropria de outras matrizes produtivas visando lucrar e até mesmo destruí-la. Atualmente podemos destacar três principais formas de manejar o solo, Primavesi (2008) considera que as principais formas são: a do manejo convencional (ou químico), o manejo do solo a partir da substituição de insumos conhecido como orgânico, e por fim, o agroecológico.

De acordo com Primavesi (2008, p. 7) “no sistema convencional o solo é considerado somente como suporte físico para as plantas”. Para, além disso, é calcado a partir da compra de um conjunto de pacotes químicos destinados para nutrir as plantas cultivadas. Primavesi (2008) afirma que esse é um modelo que mata o solo, pois se utiliza da calagem corretiva, a aração profunda e ainda de adubação nitrogenada, além da utilização de agrotóxico, herbicidas, a irrigação intensiva e o aquecimento do clima devido ao desmatamento desordenado causando efeitos ainda maiores sobre a vida do solo.

Em relação à produção orgânica, no artigo 1º da lei de agricultura orgânica, 10.831 de 23 de dezembro 2003, considera o sistema orgânico.

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

A agricultura orgânica garante alimentos mais saudáveis comparados à agricultura convencional, Finatto (2015) aponta outras características da

produção orgânica, como a utilização de energias renováveis, produtos naturais além de técnicas positivas no processo biológico do solo e plantas.

Mas quando ela não é baseada em princípios ecológicos, e sim na mera lógica de substituição de insumos, pode ser bastante trabalhosa e exigir muitos sacrifícios do agricultor. Nesse caso, sua base é o uso intensivo de compostos e esterco que nem sempre têm procedência em sistemas orgânicos de produção (PRIMAVESI, 2003 p.8).

A partir desses fatos a agroecologia levada a outro patamar de produção. O orgânico, ao ser apropriado pelo capital, passa a ser uma agricultura cercada de leis e de difícil acesso ao agricultor, passando a produzir alimentos saudáveis sem princípios ecológicos. E ainda, a produção orgânica é muito dependente de mercados agregando um valor muito alto para ser economicamente viável. Por tal motivo, “trata-se de uma produção de luxo e não acessível a todos” (PRIMAVESI, 2008 p. 8).

De início, a produção orgânica se estabelecia a partir de um conjunto de limitações dados pela própria agricultura convencional, os agricultores olhavam a produção orgânica como um caminho para a qualidade do meio ambiente e de sua própria saúde, integrando e relacionando toda e qualquer cadeia produtiva existente em sua propriedade. Porém, a abertura de mercados nacionais e internacionais levou a dar outro sentido à agricultura orgânica. Como descreve Feiden (2005).

Com a abertura do mercado, muitos agricultores perceberam nesta atividade um negócio lucrativo e surge uma agricultura orgânica que se sustenta apenas sobre as normas da legislação vigente (FEIDEN, 2005 apud FINATTO, 2015 p. 74).

O fortalecimento e aumento de normas e regras, cada vez mais rígidas, como mecanismo de garantia de um produto orgânico, levaram as questões ambientais e o projeto de sustentabilidade como necessidades de segundo plano. Primeiramente deve-se produzir em grande escala, para que consiga atender as demandas dos mercados, para garantir a compra de insumos externos e defensivos naturais para os próximos plantios. Essa iniciativa na produção orgânica “em certa medida, caracterizam este tipo de produção como uma agricultura de substituição de insumos, pois pouco altera a lógica de produção da agricultura convencional” (ROMEIRO e ASSIS, 2002 p. 19). E

ainda, podemos destacar que “a agricultura orgânica que se detém na substituição de insumos não se constitui diferente da dinâmica que orienta o modelo convencional” (ROSSET, 1997 apud FINATTO, 2015 p. 91).

A cada fator limitante que surge — ex. praga, erva daninha, deficiência de nutrientes — se aplica uma solução orgânica específica e direcionada, visando sanar a debilidade. A lógica continua sendo a mesma, ou seja, se prioriza a solução do problema ao invés de tentar evitá-lo por meio de um manejo adequado do solo e da biodiversidade dos agroecossistemas.(FINATTO, 2015, p. 90).

O capital ao se apropriar da agricultura orgânica, cria pacotes agrícolas orgânicos, como uma estratégia de garantia em mercados e de lucro a partir da comercialização de alimentos “limpos”. É por tais questões, transformando produção de alimentos saudáveis a lógica do mercado, com o intuito de agregar um alto valor destinado a uma pequena parcela da sociedade – burguesa – que se constroem diferenciações entre orgânicos e agroecológicos. O consumidor é questão importante na retratação desta diferenciação, como aponta Finatto.

Disso resulta uma diferença fundamental entre a agricultura orgânica e a agroecologia. Para a agroecologia o consumidor tem a mesma importância que qualquer outro integrante do sistema agroalimentar, não se pode privilegiar o interesse do consumidor ou orientar o sistema agrícola a partir das suas necessidades. (FINATTO, 2015, p. 91).

Romeiro (2002) parte da lógica de desenvolver mercados a partir de uma ação local, neste processo acarretaria a aproximação do agricultor com o consumidor, e ainda uma ação local, que pautaria uma certificação democrática, buscando levar a um número maior de produtores, das classes mais baixas, ao processo de certificação.

Outra questão importante na agricultura orgânica é a rigidez seguida de regras e normas para a certificação, mesmo reconhecendo sua finalidade como fundamental para a garantia do consumidor, que de fato está consumindo um alimento sem produtos químicos, “a agricultura orgânica somente orientada por normas não visa tanto melhorar a condição do agricultor quanto proteger o consumidor do uso indiscriminado e quase criminoso de agrotóxicos” (PRIMAVESI, 1997 apud FINATTO 2015, p. 91).

Porém, ao longo do tempo movimentos sociais, entidades, ONGs, entre outros, começam a redesenhar a produção orgânica de alimentos, buscando resgatar o que, via de fato, foi construída para fazer, desde, sua relação com o agroecossistema, com a comercialização, aproximando os alimentos da ecologia novamente, e levando alimentos saudáveis a quem antes não tinha acesso.

Neste contexto é que se analisa no grupo Resistência Camponesa, leva a produção orgânica a outra perspectiva. Ao levar seus alimentos para além da substituição de insumos, considerando as relações sociais, culturais e econômicas de sua região, além de construir também uma produção orgânica que foge de seus pacotes agrícolas, aproveitando o que a terra e sua propriedade têm a oferecer- lhes.

Busca junto a Rede de Agroecologia Ecovida (entidade certificadora) uma certificação que garantisse a qualidade de seus produtos sem desconsiderar sua diversidade, seus princípios agroecológicos e seu respeito ao meio ambiente. A certificação participativa adotada pela Rede Ecovida garante uma certificação que contempla essas características desempenhando um ótimo papel na região, levando a certificação orgânica ao movimento de iniciativa a uma propriedade agroecológica. A partir das observações feitas com as pesquisas de campo, pode-se notar a diferença entre a produção orgânica girada sobre o poder do capital e a produção orgânica pautada dentro dos movimentos sociais, ONGs, e movimentos alternativos.

Todo esse processo, desde a produção até o método de se organizar frente a uma entidade, eleva a produção nas propriedades de todas as famílias, levando a certificação orgânica participativa a contemplarem processos gerados apenas na produção agroecológica, como: meios alternativos de comercialização, embate direto ao agronegócio, busca garantir a permanência do sujeito no campo, etc.

Ao adentrar em específico ao histórico do grupo é que se tornará mais claro ao leitor, pois é a descrição do que se acontece na prática, que vai desvelando a importância da produção agroecológica, e que de fato ela está

sendo praticada nas áreas de assentamentos. Pelo fato que o grupo está em construção contínua, a agroecologia é um processo em longo prazo dentro de seus limites e avanços.

Por fim, referente ao manejo agroecológico, parte do sistema natural de cada local, solo, clima e os seres vivos se inter-relacionando um com o outro. “Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida” (PRIMAVESSI, 2008 p. 09).

No entendimento de Romeiro (2002), o paradigma agroecológico trata-se de uma ciência que surge a partir da década de 70, pois parte da necessidade concreta em buscar sustentação teórica para as diferentes correntes da agricultura alternativa que já vinha se destacando desde 1920. Portanto, a agroecologia é “uma nova agricultura integrada ao meio ambiente, que os definiam como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura” (ROMEIRO, 2002 p. 68).

Por esse fato, movimentos do campo buscaram a agroecologia como método alternativo de produzir e garantir a reprodução social do próprio sujeito do campo, buscando caminhos que agridam menos o meio ambiente e seus recursos naturais. Vários movimentos alternativos a partir do conhecimento prático e teórico transformaram a agricultura alternativa em diversas denominações e especificidades. Como afirmam Caporal e Azevedo.

Em diversos países, surgiram versões destas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, ecológica, biodinâmica, regenerativa, permacultura, etc., cada uma delas seguindo determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas. (CAPORAL, AZEVEDO 2011, p. 46).

Vale ressaltar que as agriculturas que passam a serem consideradas minimamente agriculturas mais sustentáveis, tendo como base a compreensão holística dos agroecossistemas, devem contemplar de forma integrada os seguintes critérios:

a) Baixa dependência de inputs comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio

ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação (GLIESSMAN, 1990 apud CAPORAL, AZEVEDO, 2011 p. 96).

A agroecologia é um paradigma constituído por uma nova construção epistemológica e metodológica da ciência contemporânea. Fonseca considera a agroecologia.

Um campo de conhecimento transdisciplinar, que recebe influência das ciências sociais, agrárias e naturais, em especial da Ecologia Aplicada. O paradigma da agroecologia tem evoluído muito rapidamente, congregando uma série de princípios com forte preocupação com a conservação dos recursos naturais e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. (FONSECA, 2009, p. 19)

Portanto, o paradigma agroecológico tem caminhado a partir de métodos que contemplem as esferas políticas, sociais, culturais, ambientais, éticas, estrutural, organizativo, de soberania alimentar e econômico.

A produção agroecológica busca caminhar junto, ao que Fonseca denominou de multidimensões, dentre elas estão os aspectos ecológicos, nela está contemplada de acordo com Fonseca (2009) se constroem em base a preservação e conservação dos recursos naturais, condicionando a reprodução socioeconômica e cultural da sociedade em geral. Assim, a agroecologia como ciência integradora busca manter suas multidimensões a partir da relação “dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais” (CAPORAL e AZEVEDO, 2011 p. 46). ,

Para tanto, a agroecologia se torna mais que uma maneira de manejar o solo, acaba por superar ainda mais a lógica de produção convencional da agricultura. A agroecologia para Caporal e Azevedo é:

Mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constituísse em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução

social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência. (CAPORAL, AZEVEDO, 2011, p. 47).

Uma ciência que se constitui Integrando o conhecimento de várias ciências e o conhecimento popular, permitindo avançar no debate a crítica ao desenvolvimento da agricultura a partir dos anos 70 no campo, período este em que houve a implantação dos complexos industriais e do projeto da revolução verde. Neste sentido,

a agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que, para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório. Diante dessa crise, os problemas ambientais assumiram um status que ultrapassa o estágio da contestação contra a extinção de espécies ou a favor da proteção ambiental, para transformar-se “numa crítica radical do tipo de civilização que construímos”. (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 46).

Por tal fato e tantos outros, que o MST a partir da década de 90 fortalece o diálogo acerca da agroecologia nas áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

3.1 MST: sua história e o debate da agroecologia

No embate com esse modelo conservador, os movimentos sociais trabalham em uma perspectiva contrária, buscando produzir alimentos saudáveis, valorizando o conhecimento local e respeitando as questões socioambientais do sujeito do campo. Assim dentre outras propostas, a produção de alimentos é ponto de pauta das discussões diárias dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Neste sentido, damos destaque ao MST, pois é um movimento que para Ariovaldo (2001) é um movimento que está construindo a possibilidade de vitória do heterogêneo campesinato do Brasil. Enquanto movimento social articulado a nível nacional teve seus primeiros debates na região Sul, se espelhando em movimentos anteriores a ele, sendo assim.

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. (STEDILE, 1999, p. 18).

O MST assim como tantos outros movimentos sociais firmados em meados dos anos 80 surge devido à diversos fatores. Stedile (1999) considera um como fundamental, “O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970 [...] Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira” (STEDILE, 1999, p. 18). O MST tem como principal inimigo, o modo de produção capitalista e sua apropriação e exploração da terra, que hoje, se encontra nas grandes áreas de latifúndios improdutivos e grilados. De acordo com Ariovaldo (2001) seria uma terra que tem sido mantida improdutiva e privada, utilizada como reserva de valor ou de patrimônios.

O Movimento Sem Terra, articulado e organizado politicamente tem por objetivo maior a conquista da terra. Em meio a tantas discussões e a própria experiência, se fez claro que, apenas a terra não basta. Vários fatores envolvem para além de manusear a terra, como trabalhá-la sem prejudicar seus próprios nutrientes, respeitando a biodiversidade da região, sua água, ou seja, tudo que a própria natureza tem para oferecer-lhe pensando nas gerações futuras. Diferentemente da proposta governamental dada como revolução verde, o MST olha a terra com outra perspectiva, neste sentido Barcellos descreve:

No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST incorporou, como uma das suas questões centrais, temas relacionados à questão socioambiental. Dentre eles destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à agroecologia (PICCIN & PICOLOTTO, 2007 apud BARCELLOS, 2011, p. s/n).

A agroecologia foi pautada dentro do movimento, conforme Barcellos (2011, p. s/n) pela “necessidade de seus integrantes adotarem outra estratégia de experiência sócio produtiva, capaz de suprir as necessidades de desenvolvimento local respeitando a diversidade socioambiental dos assentamentos”. O MST pauta a criação de novas tecnologias sociais, principalmente aquelas voltadas às práticas agrícolas em debate as questões ambientais vistas como agroecológicas.

Porém, seus primeiros passos não começaram na produção agroecológica, o MST é forjado dentro de um modelo de agricultura

competitiva construído para a superprodução de excedentes. Então o MST passou por várias fases na produção de alimentos entre os períodos de 1979 a 1984.

O MST buscou orientar a organização da produção nos assentamentos rurais através da coletivização do trabalho, a qual apresentava, em sua fase inicial, características essencialmente localizadas. Através de associações e grupos coletivos, os assentados orientavam a produção e as diferentes formas de trabalho de acordo com as particularidades em que estavam inseridos. (BORGES, 2009, p. 3)

De acordo com Borges, “a organização nos assentamentos era constituída, num primeiro momento, por pequenos grupos coletivos e grupos de ajuda mútua, que tinham o objetivo de se organizarem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo” (BORGES, 2009, pg.4). O caminho para o trabalho coletivo veio por meio do associativismo, devido à crise que se aconteceu com a constituinte e a sucessão presidencial de 89 com o governo Collor, consolida-se dentro do movimento outro paradigma para organizar sua produção.

Nos anos de 1990, o MST apresenta uma nova forma de trabalho. Neste período o MST abraçou o cooperativismo, buscando outra estrutura organizativa que contemplasse as esferas locais, estaduais e nacionais. Considerado como o projeto de cooperação agrícola do Movimento, deveria se estruturar a partir de processos que contemplassem segundo BORGES (2009), trabalho coletivo, inovação tecnológica, mecanização agrícola, a utilização de insumos químicos e produção em larga escala. Este período colocou o cooperativismo como melhor caminho, desde a produção a sua organização. Entretanto, como afirma Borges “para alcançar índices de produtividade compatíveis com as exigências do mercado, as cooperativas tiveram que investir em insumos químicos, máquinas e equipamentos compatíveis com as orientações modernas das práticas agrícolas” (BORGES, 2009, p. 9).

BORGES (2009, p.9) nos apresenta que a iniciativa do cooperativismo nos assentamentos vinha por meio de potencializar o campo sem romper com as características do conhecimento e da prática do camponês. Assim, todo

esse processo de cooperação coletiva levaria a construção de uma “consciência coletiva”, retirando o individualismo dado em outras cooperativas.

Neste período tinha por finalidade alcançar uma alta produtividade e garantir competição no mercado, então, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) (nome dado ao projeto de cooperativas do MST) direcionou sua produção para culturas como, milho, algodão e soja em larga escala. Entretanto.

Para alcançar índices de produtividade compatíveis com as exigências do mercado, as cooperativas tiveram que investir em insumos químicos, máquinas e equipamentos compatíveis com as orientações modernas das práticas agrícolas (BORGES, 2009, p. 9).

Este contexto é que levou o cooperativismo ao esgotamento, pois o giro econômico para se garantir a tecnologia nessas áreas é muito grande. Além da dependência de recursos externos havia um rendimento por área de produção muito baixa, gerando um montante muito pequeno para cada associado, acarretando no endividamento dos assentados e das próprias cooperativas devido a grandes empréstimos para suprir as demandas de máquina e insumos agroquímicos. Então no final dos anos 90 a proposta de levar o cooperativismo como base para o novo sujeito coletivo não se sustentava mais, levando a matriz tecnológica adotada pelo MST a entrar em crise gradativamente.

A partir de então o MST começa a se redescobrir em sua cadeia produtiva, chega ao debate de sustentabilidade e se aproxima da matriz agroecológica. Começam novos debates e estudos, redirecionando para um novo ciclo de produção no MST.

O processo de (re) organização produtiva desencadeado pelo MST perpassa, essencialmente, por mudanças na proposta de cooperação agrícola. Isso significa que o Movimento vem redefinindo sua matriz tecnológica, com a incorporação de novos princípios orientados fundamentalmente pela agroecologia.

A agroecologia adentrou a agenda do MST, inserindo novas discussões sobre métodos e tecnologias alternativas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos rurais. O processo de transição aponta para a transformação das bases

produtivas e a inserção dos assentamentos num novo paradigma de desenvolvimento econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura moderna. (BORGES, 2009 p. 11).

Neste sentido, o MST em seu 3º congresso realizado em Brasília, no ano de 1995, é que se lança a proposta de trabalhar com a agroecologia como principal matriz produtiva nas áreas de reforma agrária, e assim, “Desse ano em diante, o discurso do MST intensificou seu conteúdo em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade” (COSTA NETO, CANAVESSI 2002 apud BARCELLOS 2011 p. s/n) Mas foi em seu 4º congresso que o MST colocou a “agroecologia como principal modelo de produção e desenvolvimento sob esses preceitos nos assentamentos rurais” (MST, 2000 apud BARCELLOS 2011 p. s/n). Neste momento,

Foram construídas as novas bases de luta política e das práticas produtivas, voltadas essencialmente para a agroecologia, a qual passou a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica (BORGES 2009 p. 11).

O MST começa a ganhar outro caráter, resgatando práticas da cultura local de cada região, pensando na natureza, além de repensar as práticas de plantio e manejo da terra, e não deixando de lado o caráter coletivista do trabalho. Complementando, Leff afirma que “as práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, há um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência” (LEFF, 2002 apud BORGES, 2009 p. 15).

Assim se começa os trabalhos de base, levando a ciência agroecológica em todos os espaços do movimento, desde as escolas, nas rodas de conversa, de casa em casa, até mesmo cursos de agroecologia, formação de técnicos em agroecologia, e encontros maiores como é o exemplo das jornadas de agroecologia que acontecem no estado do Paraná.

Sua primeira iniciativa, além de cursos de agroecologia foi no ano de 1996, com a campanha “plantando seremos milhões”, tinha por finalidade o incentivo ao plantio de árvores nativas em áreas de assentamentos. D’Carli

(2013) nos relembra as primeiras experiências agroecológicas do Movimento Sem Terra, como: o arroz agroecológico, a soja orgânica, as sementes orgânicas de hortaliças, o pêssego, a erva, o chá e o café ecológicos. É neste mesmo período que é criada a BioNatur³, este que é referência em sementes ecológicas do Movimento Sem Terra. Atualmente o MST vem avançando na agroecologia, no estado do Paraná neste ano de 2017 passou por sua XVI jornada de agroecologia, além de vários cursos e escolas de formação na área de agroecologia.

O Grupo Resistência Camponesa é fruto dessas discussões, suas participações em jornadas e cursos de formação pelo MST, levou as famílias a repensar seu modo de olhar frente a seus lotes. Todo esse processo de caminhar a partir da produção voltada à agroecologia é que levou as famílias a buscar a formação de um grupo, o melhor caminho para trabalhar e melhorar tanto sua propriedade como sua produção ecológica.

4 A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO GRUPO RESISTÊNCIA CAMPONESA

Neste capítulo, ressaltaremos aspectos importantes da prática agroecológica do grupo Resistência Camponesa. Destacando os limites,

³ A BioNatur é uma cooperativa da Reforma Agrária de Sementes Agroecológicas, localizados nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul .

avanços e perspectivas em relação a comercialização, certificação, a agroecologia e a própria iniciativa em se organizar a partir de um grupo.

4.1 Histórico do assentamento Guanabara

O assentamento Guanabara no qual o grupo está inserido teve sua primeira ocupação em 1989. Os sujeitos envolvidos eram de diversas regiões principalmente dos municípios vizinhos (Reserva, Ortigueira e Cândido de Abreu). O Entrevistado D (2017) é fruto das primeiras ocupações, e salienta como chegou até ao acampamento “chegou um cara dizendo si nois aqui de casa não queria terra, que eles ia invadi umas terra lá, daí eu fui, deixei a esposa com os filhos e fui me certifica se era verdade ou não”, e assim foi com a maioria dos assentados.

Durante o processo de acampamento sofreram três formas de despejos, o primeiro com polícias, na segunda vez polícias sobre a companhia de cachorros e a terceira foram com pistoleiros que, segundo relatos estavam a mando do fazendeiro. Foram momentos tensos e muitas vezes cansativos, mas a necessidade de um pedaço de terra falava mais alto, e isso fortaleceu a luta.

Foram sete anos de muita dificuldade, conseguiram apoio do sindicato de Telêmaco Borba (município vizinho) e do Centro de Promoção Humana que levavam roupas e cestas básicas para os acampados se manterem firmes. Porém, a conquista da terra vem em 1996, o INCRA chega ao acampamento trazendo o título de emissão de posse da terra ocupada, quanta felicidade neste dia.

No ano de 2017 o assentamento está completando 28 anos de história, com 35 famílias registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas no total chega a aproximadamente 80 famílias contando com os filhos que casaram e permaneceram no lote com seus pais.

Quanto à produção, o assentamento iniciou visando os preceitos do MST iniciando com pequenos coletivos e logo mais formara-se uma pequena associação, todo esse processo perpassava pelo desejo da produção em grande escala. Em entrevista com um dos moradores do coletivo, Entrevistado

B, tornou-se claro a construção de uma produção com reflexos da modernização da agricultura.

Antes trabalhávamos na terra manualmente, quando vem o coletivo começa a mecanização e quando virou a investir em maquinários o grupo começou a decair (ENTREVISTADO B, 2017)

Ao ser questionado sobre o que levou a “decair” o coletivo, o entrevistado B (2017) responde:

O que pode retratar é a modernização da agricultura que nos endividou e daí falimos, investimos em PRONAF, melhorar nossa produção com maquinário, um maquinário levou a necessidade de outros, larguemos das sementes crioulas e fomos pra soja que dava mais lucro (entrevistado B, 2017).

E assim foi o início da produção no assentamento, tanto individualmente quanto coletivo. Atualmente, as principais atividades são: lavouras, hortaliças, frutíferas, gado de leite e de corte, além da produção em pequenos quadros apenas para o autoconsumo da família, como: batata-doce, mandioca, amendoim, abóbora e animais de pequeno porte (porco e galinha) entre outros.

Com base nas entrevista com sete integrantes do grupo Resistência Camponesa, referenciados com A, B, C, D, E, F e G e a partir das observações feitas, pode-se notar que grande parte dos assentados trabalha com lavouras de grãos (milho, feijão e soja). Porém, nos últimos anos algumas famílias (principalmente as que fazem parte do grupo) buscam iniciativas para fugir do modelo calcado pelo agronegócio de uma única produção, e levar sua propriedade a uma diversidade de produtos, dando ênfase a produção de sementes crioulas principalmente de milho e feijão.

4.2 Histórico do grupo Resistência Camponesa

O processo de organização em grupo é um dos motivos que me instigou a procurar conhecer e analisar o Resistência Camponesa, pois ao questionar a relevância da organização em grupo é que me deparei com sua importância. Com as reuniões e visitas mensais, o grupo começou a se fortalecer e garantiu melhores resultados na sua produção.

Olson (1971) considera que indivíduos passam a participar de grupos organizados a partir do interesse individual, “os indivíduos não participam de grupos por altruísmo e sim porque são racionais e movidos pelo auto-interesse” (OLSON, 1971 apud PIERRE, XAVIER 2004 pg. 8). Porém em alguns casos a construção histórica do sujeito, fortalece a ação coletiva, e traz outra perspectiva para as relações grupais como, por exemplo: as relações de amizade, de solidariedade, de confiança, de responsabilidade, de equidade, de prestígio, e honra como aponta Lazaretti (2014).

a ação coletiva é um processo iterativo e uma construção social decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos e da sua experiência construída no seio dos grupos (OSTROM e SABOURIN apud LAZARETTI, 2014, p. 153).

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são sujeitos forjados dentro de um movimento social de luta pela terra, no MST, o qual se fortalece a partir de princípios de organização específico. Não retirando o interesse do grupo nas necessidades individuais, mas também buscam fortalecer a própria luta do MST e seu modo de trabalhar a produção dentro dos assentamentos, contado como uma experiência que está acontecendo e garantindo bons resultados. É neste contexto que levou a dialogar a cerca da formação de um pequeno grupo e trabalhar a partir de uma ação coletiva frente na produção. Conforme figura 1.

Figura – 1: Reunião do grupo



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Com esse propósito é que em 2013, 6 mulheres do assentamento Guanabara buscaram concretizar um grupo a fim de dialogar, trocar e conhecer experiências, com o propósito de alavancar sua propriedade e sua produção de frutas, ervas medicinais, e hortaliças.

Logo em 2013, o grupo passou a se identificar como Resistência Camponesa. Resistência, por buscar caminhos da não dependência do modelo calcado pelo agronegócio, e camponesa, pelo fato de trabalharem práticas de manejo e cultivo existentes no passado e assim não se atrelarem a práticas de pacotes e tecnologias, hoje mais presentes na agricultura familiar.

O grupo está organizado a partir de 2 (dois) coordenadores 1 (um) secretário e 1 (um) financeiro além de um técnico em meio ambiente para acompanhar as propriedades. O grupo procura fazer reuniões mensais, mesmo dialogando diariamente. O dia das reuniões é feita todo mês na casa de uma das famílias, este momento é destinado a avaliar e identificar os limites e avanços do grupo, elaborar plano de ação frente para a produção, uma avaliação da propriedade da família visitada e também é realizado o pagamento das sacolas ecológicas comercializadas, além de planos de formação como cursos, viagens, as reuniões do núcleo em que o grupo atualmente faz parte, entre outros aspectos mais gerais.

Ao longo de sua história, o grupo perpassa por vários limites, mas se constrói e se fortalece diante de suas conquistas. Inicialmente o grupo se deparou com a necessidade de conhecer sobre as questões básicas de uma

produção orgânica e agroecológica, essencialmente na conscientização do não uso de veneno e fortalecer a produção de erva medicinal em suas propriedades, já que até então, a produção ecológica vinha apenas de pequenas hortas e pomares do consumo próprio das famílias. Neste momento, não se tinha o diálogo acerca de um selo agroecológico ou a certificação orgânica. Para o entrevistado A (2017) “parece que o selo estava longe”, precisava-se de início conhecer sobre as questões básicas de uma produção sustentável que respeite as questões socioambientais de cada propriedade.

4.3 Limites e avanços na organização em grupo

Os primeiros limites vêm do próprio sujeito, da dúvida, se de fato vinha a garantir bons resultados em transformar pequenas famílias em um grupo com princípios organizativos capaz de contemplar a necessidade de todos, e ainda, que poderia alavancar a propriedade e construir sujeitos conscientes da importância da agroecologia.

Outro fator limitante na iniciativa de um grupo foram os companheiros das mulheres, impregnados pelo modelo do agronegócio, não compreendiam a proposta, limitando o avanço do grupo. Tais motivos podem estar ocasionados pelo fato de o agronegócio ainda estar buscando caminhos que influenciem e levem o sujeito a se utilizar de seus pacotes, como afirma Lima (2016) quando argumenta que “os grandes projetos de desenvolvimento rural continuam a reproduzir a lógica capitalista de concentração de capital nos novos espaços da produção” (LIMA, 2016, p. 74).

Com o avanço nas discussões levou o grupo a buscar a cada dia mais conhecimento, levando ao surgimento de diversas dúvidas, dentre elas estava em relação a quais procedimentos além de não usar produtos químicos, levaria a propriedade a cada dia se sustentar com os fundamentos de uma produção agroecológica. Apesar de conhecerem práticas de manejo, não conheciam ações regulamentares, ocasionando dúvida, o que se tornava um fator limitante. A partir de então, foi direcionado uma mulher, membro do grupo, para buscar conhecer e se aprofundar nas questões teóricas e práticas da

agroecologia e trazer ao grupo. Hoje a mesma é técnica em meio ambiente e da assessoria a todas as famílias.

Deste modo podemos destacar um ponto positivo, que está voltado ao momento em que a família começa a fazer parte do grupo, além da responsabilidade e desafio de uma nova forma de produzir, leva a sua propriedade à abertura para visitantes interessados em conhecer mais sobre agroecologia, principalmente os consumidores desses alimentos, em conhecer como é produzido o que consomem. Para o entrevistado A “quando os consumidores vêm na propriedade começamos a dar mais valor no pouco que temos, desde um pequeno pé de laranja até um canteiro enorme de hortaliça, porque é uma coisa que eles não têm, e nos elogiam por isso” (entrevistado A, 2017).

Outro ponto positivo é o contato diário no cotidiano em grupo, gerado a partir das reuniões mensais, das visitas nas propriedades e nas atividades de planejamento da produção e comercialização. Esse processo leva as experiências individuais a uma troca de conhecimento enriquecedor para todas as famílias envolvidas. De acordo com o Entrevistado G (2017) quando se aplica novas experiências na propriedade, e que essa experiência está trazendo bons resultados, o sujeito busca levar a todos do grupo, para que eles também obtenham bons resultados na sua produção. Essas experiências vêm a partir do desejo em buscar novos métodos de manejo com caldas, preparados, iscas e controles biológicos que elevam a qualidade do produto. Esse processo deixa claro que o grupo busca por melhorias, seja na qualidade de vida, como da própria propriedade de cada um dos envolvidos em grupo.

Para além de chás e pomadas através de duas propriedades que se dedicavam as essas ervas, agora todos têm em suas hortas. Além da diversidade de hortaliças elas são intercaladas com ervas medicinais, pois compreenderam a importância também para o controle biológico do espaço. Essa troca de conhecimentos, é um momento contínuo e acontece em diversos espaços, o Entrevistado B (2017) relata esse processo no momento que acontece a visita em uma das propriedades “em um pequeno espaço da horta

se consegue trocar muito conhecimento” (entrevistado B, 2017). Conforme figura 2.

Figura 2 – Visita a propriedade



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Entretanto, o grupo continua progredindo, tanto que a partir de 2016, as discussões avançaram em relação ao que produzir, onde comercializar e como comercializar seus produtos, até pelo fato de que, grande parte da renda econômica das famílias em 2016 começou a girar em torno das hortaliças. E claro, ao longo do tempo o grupo é levado a avançar nas discussões e outros fatores que vem surgindo, seja eles limitantes ou não. A partir disso o grupo se encontra com a necessidade da certificação de seus produtos.

4.4 O processo de certificação

Diante da necessidade particular do grupo em levar às pessoas a confiar que seus produtos são orgânicos, é que o grupo começou a dialogar acerca da certificação orgânica. De acordo com Meirelles (2003, p. 1) “A Certificação de Produtos Orgânicos tem sua origem concomitante com a própria criação de um mercado diferenciado para produtos limpos”. Vale ressaltar que de início, a certificação era uma necessidade dos próprios agricultores em demonstrar seus esforços para produzir alimentos mais saudáveis sem a utilização dos pacotes convencionais e também dos consumidores por ter uma garantia de que de fato estão consumindo produtos mais saudáveis. Como afirma Meirelles.

Este 'mercado especial' é fruto de um desejo natural tanto dos consumidores quanto dos agricultores. Por parte dos consumidores o desejo de terem acesso a produtos mais saudáveis e por parte dos agricultores a expectativa de serem reconhecidos seus esforços de produzirem sem as propaladas 'facilidades' do modelo convencional (MEIRELLES, 2003 pg. 1)

Foi neste momento que apesar de muitas famílias se identificarem com a agroecologia, a produção de hortaliças como fonte de renda para a família, levou o grupo a se identificarem como grupo de orgânicos, até pelo fato de que "o orgânico tem comércio, o agroecológico não tem na região, parece que as pessoas não entendem de agroecologia" (entrevistado B, 2017). Neste caso, Fonseca (2005) compreende que o sistema agroecológico, não se encontra amparado por normas e regulamentações técnicas como os sistemas certificados orgânicos, levando a não garantir demandas para o mercado consumidor. E mais. De acordo com Meirelles.

Assim, o que em um primeiro momento foi uma iniciativa dos próprios agricultores para diferenciarem o fruto de seu trabalho com uma marca que os identificassem, acabou se transformando em um complicado mecanismo que envolve leis, normatizações, credenciamentos, inspeções, contratos, certificados, selos e, ainda, fortes interesses comerciais. (MEIRELLES, 2003 p. 1).

Neste contexto, em relação a comercialização, Fonseca (2005) destaca como característica fundante para a necessidade de uma certificação orgânica, a relação direta com a comercialização, característica também apresentada no grupo Resistência Camponesa.

O que interessa primordialmente neste processo de certificação, é a obtenção do selo, que dará a ele a credibilidade para a venda, ao mesmo tempo em que aos consumidores dará a garantia da compra de um produto certificado segundo regras conhecidas e estabelecido pelas organizações participantes (RUNDGREN, 1998 apud FONSECA, p. 35).

Por intermédio de algumas empresas, alguns integrantes do grupo ressaltam que participaram de algumas reuniões em relação a certificações individuais, ou até mesmo, tiveram algumas assistências técnicas para conseguir o certificado, mas não se identificaram com o método, o principal motivo é relacionado ao custo anual por certificado.

De acordo com o Entrevistado G (2107) em contato com a empresa certificadora para certificar seus 13 hectares, chegou de início R\$ 2.800,00 considerando que o SEBRAE iria pagar 50% do custo. Quando chegou a proposta já estava em R\$ 3.400,00 assim procurou dividir as despesas com mais um produtor da região, então cada produtor iria pagar R\$ 1.700,00, o entrevistado G ainda complementa “então questioneei o porquê de pagar R\$ 1.700,00 mas o SEBRAE não vai pagar a metade? Então me falaram que seria esse valor porque o SEBRAE já estava pagando a metade e o produtor também”. Ou seja, em uma soma total o certificado sairia em R\$ 6.800,00 sem contar com os custos de hospedagem e alimentação do auditor no processo de vistoria da área. É por tais condições que conforme apontam Meirelles e Medaets (2003) atualmente há um expressivo número de empresas que vendem serviços aos agricultores, responsável para assegurar ao consumidor a veracidade dos produtos que consomem, essas empresas são as Certificadoras de Produtos Orgânicos.

Com o passar do tempo, o processo de certificação foi se tornando de difícil acesso e para poucos. Todo o caminho a percorrer para se conseguir o certificado apresenta contínuas desvantagens para o agricultor, dentre elas estão: valor anual muito alto para certificar, a própria metodologia que não proporcionar uma autoestima para que mais famílias procurem a certificação em sua propriedade, também pelo fato de que, quem fiscaliza e aprova é uma empresa “neutra” que não interfere e nem compreende a realidade e necessidade da comunidade e da região, também o valor cobrado pelos produtos orgânicos que passa a ser consumido apenas para uma pequena parcela da sociedade, e claro, a normatização dos orgânicos que impõem limites e leva a uma agricultura forjada a partir do cumprimento de regras.

Essa forma de conduzir a certificação de produtos orgânicos, voltado a normas, regras e preços elevados, limita o incentivo de produzir e consumir produtos ecológicos. É por tais questões que organizações populares e não governamentais buscam avançar nas discussões acerca do procedimento de se conseguir a certificação orgânica.

Reforçando, a produção orgânica sustentada por um alto aparato de normas e regulamentações, tornou de difícil acesso a pequenos produtores. Medaets e Medeiros consideram que:

Os programas de certificação aumentam os custos dificultando que os agricultores de menor escala possam internalizá-los; os agricultores menos estruturados têm dificuldade em cumprir com as exigências documentais; o controle externo realizado é ineficiente. (MEDAETS e MEDEIROS, 2004 p. 2).

Um dos grandes problemas da certificação individual também é gerado pelo fato que não há diferenciação entre grandes e pequenos produtores, o procedimento da garantia do selo é independente das condições econômicas do proprietário, do tamanho da área a ser certificada e com exigências documentais na mesma proporção.

A lei dos orgânicos gerou tantas mudanças, que para garantir a entrada em mercados e manter a confiança dos consumidores em relação a seus produtos, a obtenção de um selo orgânico tornou-se obrigatoriedade, sobre toda e qualquer circunstância. Em alguns países, em especial no Brasil, alguns órgãos certificadores (responsáveis por certificar as propriedades), buscam amenizar a rigurosidade das regulamentações que norteiam a produção orgânica, e assim, facilitar o acesso à certificação de pequenos produtores. Por tal fato. Fonseca aponta algumas dessas mudanças.

Nas discussões no Brasil, em 2006 e 2007, alguns outros elementos-chave foram acrescentados e constam do texto da Instrução Normativa dos Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica, no art. 69 § 1º e 2º (BRASIL, 2009c): o controle social, a participação colaborativa, o poder compartilhado e a responsabilidade solidária (FONSECA, 2009, p.2009)

O fato de não desvincularem-se das discussões do MST visto a importância da produção agroecológica e também com o aumento do número de participantes no grupo é que os levou a conhecerem e participarem da Rede de Agroecologia Ecovida, do núcleo Maria Rosa, situado no município da Lapa no Paraná. De acordo com o entrevistado E (2017).

Com o aumento do grupo foi buscado então apoio da Rede Eco Vida para nos orientar e encaminhar para a certificação. A companheira Alice da Rede Eco Vida nos deu as primeiras orientações no qual fomos seguindo, depois encaminhados para participar do Núcleo Maria Rosa que fica na sede da cidade da Lapa-Pr. (Entrevistado E, 2017).

Todo esse processo levou por despertar interesse para outras famílias, que começaram a olhar que produzir ecologicamente não era um discurso ideológico do Movimento Sem Terra. Com a conquista da certificação de 5 famílias o grupo hoje aumentou para 10 famílias, destes são cerca de 26 envolvidos, pois estamos falando da família como um todo desde os filhos, a esposa, o marido e demais envolvidos no trabalho da propriedade. Estas conquistas vêm devido ao ótimo desempenho do grupo, pois com base nas entrevistas e observações, pode-se notar que a dificuldade das famílias do grupo era insegurança de aderirem a uma nova proposta de agricultura, e que hoje já não mais interfere tão expressivamente, pois buscam a cada dia melhorar os caminhos ecológicos de sua propriedade.

Neste momento, com o apoio da Rede Ecovida, o grupo passa a seguir o regimento geral da própria Rede e receber as orientações básicas para a conquista do certificado. Referente as questões éticas da Rede Ecovida.

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros. (LAGES, 2001 Apud MEIRELLES, 2003 pg. 3).

Neste contexto é que a Rede Eco Vida trabalha a partir da certificação participativa. De acordo com Meirelles (2003) a certificação participativa é um processo que envolve a participação solidária de todos que buscam assegurar a qualidade da produção, é um método resultante da articulação dos produtores, consumidores e o processo de divulgação dos produtos. A

credibilidade dos produtos da Rede Ecovida de Agroecologia, “é gerada a partir da seriedade conferida à palavra da família agricultora e se legitima socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que esta família integra” (MEIRELLES, 2003 pg. 4). E ainda, como membro da Rede, o agricultor se coloca em compromisso com a agroecologia, porém para conseguir o selo, primeiramente passa pelo processo da certificação orgânica, que ocorre a partir da demanda de um grupo de agricultores. O processo de certificação acontece da seguinte maneira.

Demanda por parte de um grupo de agricultores pelo processo de certificação. Esta demanda ocorre apenas se o grupo sente a necessidade de tornar público o reconhecimento conferido pela Rede em relação ao seu processo/ produto; 2) Visita às propriedades do grupo por integrantes da Comissão de Ética do grupo, do Conselho de Ética do núcleo e da assessoria; 3) Um dos integrantes desta comissão que se constituiu para a visita se encarrega de elaborar um relatório onde constam aspectos das propriedades visitada, ligados ao seu grau de ecologização e a outros aspectos que constam nas normas internas da Rede . 4) Reunião entre o grupo, integrantes do Conselho de Ética do Núcleo Regional e assessoria. Nesta reunião se discute o relatório das visitas, o grau de ecologização das propriedades e do grupo e se planejam ações visando superar limites identificados; 5) Decisão por parte do Conselho de Ética do Núcleo sobre a liberação ou não do uso do selo para este grupo; 6) Caso tenha obtido a autorização, o grupo deve informar a coordenação do Núcleo Regional em que produtos e em que quantidade o selo será utilizado (MEIRELLES, 2003 pg. 5).

Com aproximadamente dois anos o grupo se sentiu prontos para receber o olhar externo da Rede, em meio a discussão foi salientado que por primeiro seriam certificadas as primeiras famílias que iniciaram o grupo, somando um total de cinco famílias.

Primeiramente conforme a demanda da Rede, o grupo enviou a solicitação do olhar externo. Logo em seguida as famílias receberam a visita da comissão de ética da Rede, conselheiro de ética do Núcleo Maria Rosa e a assessoria da Rede. É neste mesmo momento que os visitantes elaboram um relatório em relação ao grau de ecologização da propriedade visitada e se de

fato estão comportadas as normas internas das redes de certificação participativas, logo em seguida é feita uma reunião com todos os participantes do momento da visita, ou seja, das comissões de éticas e de todo o grupo Resistência Camponesa, e feita uma breve avaliação⁴ do dia.

O momento mais esperado do grupo é após encaminharem todo esse processo de visitas e avaliações, pois o conselho de ética do Núcleo decide se libera ou não o uso do selo para o grupo. As cinco famílias foram aprovadas e já encaminhadas às documentações necessárias para a certificação. Essa foi uma grande conquista do grupo, levantando a autoestima de todos. Conforme figura 3.

Figura 3 – recebimento dos certificados



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Em relação ao valor da certificação, comparando com a experiência já citada a partir do entrevistado G o valor se torna mínimo. O grupo paga uma mensalidade no valor de R\$ 15,00 por família, e no dia do olhar externo, as diárias de seus avaliadores, que a princípio foi pago R\$ 80,00, chegando a uma

⁴ Neste dia, tive a gratificante honra de estar presente, apesar da seriedade do momento, se consegue observar como um dia de trocas de experiências, de orientações para cada dia melhorarem suas propriedades, uma aula sobre agroecologia, se consegue observar o quanto a comissão de Ética se saiu satisfeito com o grupo. Apesar do nervosismo das famílias.

soma total de R\$ 240,00 por ano. O grupo elaborou uma dinâmica muito interessante, os olhares externos são feitos no momento em que há mais de duas famílias preparadas para receber a certificação, assim diminuí as visitas ao ano. E ainda, para cada olhar externo, todas as famílias contribuem para as despesas com a alimentação e as diárias da comissão de ética independentemente se é sua propriedade ou não que está recebendo o olhar, pois assim, não sobrecarregando ninguém sempre.

Com a conquista do certificado, abriram-se as portas para mais desafios, entre eles, está o processo de comercialização.

4.5 O processo de comercialização em grupo

A partir de então, foram surgindo outros desafios e conquistas. É neste momento que vem a proposta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) de comercializar sacolas ecológicas, conhecido de “comércio justo”, o grupo passou por diversos momentos de aprendizagem com as sacolas, que amadureceu as discussões. O projeto das sacolas é ponto de referência para análise, levando a produção orgânica do Resistência Camponesa a outra perspectiva de comércio, construindo elementos, características, fortalecimento, amadurecimento, contato com a sociedade, e uma relação cada dia mais próxima entre todos, levando o indivíduo a construir valores, a si mesmo e seu trabalho no campo. (CHAVES, et al., 2015 p. 6) de forma geral, considera que.

Os princípios do Comércio Justo foram surgindo e se espalharam pelo mundo com os seguintes objetivos: transparência e co-responsabilidade (*"accountability"*), treinamento e apoio (*"capacity building"*), pagamento de um preço justo para os produtores, igualdade de gêneros, condições de trabalho, respeito e utilização sustentável do meio ambiente, equidade no comércio internacional, segurança e auto-suficiência dos trabalhadores e produtores marginalizados (FACES DO BRASIL, 2011 apud CHAVES et al., 2015 p. 6).

É neste contexto que a Rede Ecovida de Agroecologia tornou-se simpatizante do projeto, que aqui no Brasil se identifica como “comércio justo e solidário”. De acordo com Chaves (2015, p. 9) é uma organização que já se utiliza de práticas do projeto e também do consumo solidário, pensado na

perspectiva de uma produção socialmente justa, baseados na agroecologia, no cooperativismo e no associativismo.

Deve-se considerar que, a finalidade deste projeto de pesquisa não está baseada na análise da relevância e caráter do projeto aqui mencionado, apenas contemplar as questões em que o objeto de pesquisa está se inserindo, sejam elas positivas ou não.

Neste sentido, o processo de entrevistas com o grupo deixou clara a relevância do projeto “comércio justo”, não apenas como meio de venda e fonte de renda para as famílias, mais como um caminho de amadurecimento para várias questões antes não consideradas importantes ou até mesmo não se tornavam tão aparentes como agora. De acordo com o Entrevistado F (2017) “As sacolas proporcionaram um contato maior com os consumidores, nos levou a diversificar ainda mais a propriedade, com o contato direto com os consumidores tivemos que aprender a vender nossos produtos”. Conforme figura 4.

Figura 4 – sacolas agroecológicas do grupo



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

⁵Uma das características do comércio justo é de levar o produtor em contato direto com seu consumidor, sem a intervenção de atravessadores. O

⁵ com o acompanhamento das reuniões, consegui participar do momento de avaliação das vendas, o primeiro sentimento dos produtores é nervosismo e insegurança por não saberem se de fato vão conseguir vender seus produtos, se as pessoas vão compreender a diferença na maneira em que vende.

grupo então marca uma reunião com determinado grupo de pessoas, geralmente são professores, funcionários públicos, comerciantes de bairros. Ao perguntar de que forma conseguem convencer as pessoas a consumir seus produtos, o Entrevistado G (2017) comenta que é fácil “é só dizer o que ele tá comendo”. E ainda, o Entrevistado G (2017) concorda que para usar veneno não tem justificativa, que buscam fortalecer o negativismo do uso de veneno e a relação de menor preço de seus produtos orgânicos por não ter a presença de atravessador, e pelo fato de que as pessoas não conhecem a origem dos alimentos que consomem, a abertura da propriedade para os consumidores gera de alguma forma segurança ao próprio consumidor.

No momento em que se proporciona maior abertura para os possíveis consumidores falarem e tirarem suas dúvidas, fazerem questionamentos em relação como plantam, caminhos para não prejudicarem o meio ambiente, porque estes produtos não podem ser entregues o ano todo, porque se diferenciam sobre o preço do mercado de orgânicos, quem garante o selo, de onde vem o selo, se são eles mesmos que produzem, quantas pessoas trabalham no lote, enfim são dúvidas que por muitas vezes não conseguem tirar apenas vendo o produto na prateleira de um supermercado.

Outro aspecto positivo ressaltado pelo grupo é ainda em relação a esse momento em que você passa a vender seus produtos, é uma experiência que leva os sujeitos a sempre buscar melhorar a qualidade, “as pessoas que foram vender já mudam o olhar, agora todos fiscalizam todos, buscando melhorar a qualidade dos produtos que vão ser entregues” (ENTREVISTADO F, 2017).

O grupo ainda destaca a importância deste momento quando se dá a garantia de um produto bom na hora da venda, o grupo entende que isto necessita ser garantido nas entregas, pois o consumidor ao não simpatizar com o que está sendo entregue, o próprio consumidor já sabe quem é o responsável por isso, acabando que o próprio produtor se constrange em entregar seus produtos, é por esses fatores que também elevam a garantia e a busca pela qualidade dos alimentos produzidos pelo grupo.

Após conseguirem vender as sacolas e combinarem preços e dias de entrega, que seja mais acessível a todos, o grupo no horário da manhã do dia

em que vai ser entregue aos consumidores a sacola, se reúnem na sede do assentamento, neste momento além de ser destinada a escolha do produto a ser entregue na próxima semana, eles buscam fiscalizar o produto um do outro, se ele de fato está agradável, do tamanho certo, no período certo, entre outras coisas. É um caminho em que o grupo aderiu de forma mais aberta possível, pois consideram como um momento de construção crítica para o próprio sujeito. Conforme figura 5.

Figura 5 – preparação das sacolas para as entregas



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Porém, em seu início o grupo passou por vários desafios, até pelo fato de ser uma primeira experiência com sacolas ecológicas. Primeiramente os produtos a serem entregues eram os mesmos toda a semana, o que mudava é quem entregava o produto a cada semana, diferentemente de hoje, em que o produtor decide o que entregar para garantir a diversidade ao consumidor. Outro desafio é em relação a compreensão do consumidor frente a diversidade que o grupo começou a propor, conforme entrevistado F “até pra nós acabou sendo difícil, os consumidores tem pouco conhecimento das variedades dos produtos, até os professores queriam escolher os produtos, porque gostavam do básico ex: repolho, alface, tomate e pepino” (ENTREVISTADO F, 2017) foi

com muitas explicações em relação aos produtos, que os consumidores começaram a entender, o grupo procurava explicar o que é aquele produto, como você pode prepará-lo e quais benefícios que ele pode trazer a saúde. A exemplo disso, o Entrevistado F (2017) ressalta que, em um determinado dia de venda da sacola, um dos consumidores acabou confundindo abóbora picada com laranja picada, também em um outro momento este já sendo consumidor das sacolas, acabou elogiando o tamanho da beterraba e como ela estava bem roxa, bem por fim, naquele dia o grupo constatou que não tinha sido entregue beterraba e sim batata doce roxa, e ainda, quando foi entregue beterraba o consumidor até ficou maravilhado pois só havia comido beterraba enlatada e as da sacola estavam com um sabor muito diferente.

São estas questões que levou o grupo a dar mais atenção a seus consumidores, pois sentiam o entusiasmo deles em relação a estarem consumindo coisas diferentes de seu cotidiano, mais precisavam atenção dobrada, o grupo sentiu que não era apenas entregar era construir uma relação próxima com cada consumidor. Buscar apresentar todos os produtos que estão na sacola, como você pode consumi-lo, é pedido avaliações mensalmente para os grupos de consumidores, e assim, buscar melhorar o que para os consumidores não está se saindo bem. Conforme figura 6.

Figura 6 – Entrega das sacolas agroecológicas



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Outro aspecto positivo levantado pelo grupo é relativo a abertura da propriedade aos consumidores, os professores trazem seus alunos para visitar, convidam para que o grupo apresente seus produtos em feiras e eventos. A visita leva ao consumidor conhecer a origem do produto e como é produzido na prática o alimento que está consumindo, “muitos ficam maravilhados com o que você tem na propriedade, a diversidade que você tem” (ENTREVISTADO A, 2017).

Um dos grandes limites do grupo em relação a produção é referente a quantidade, principalmente pela falta da água, levou o grupo a organizar de outra forma o seu plano de produção, como aponta o Entrevistado F.

Devido a falta de água, algumas famílias não conseguem manter produtos para muitas sacolas, então ficou destinado a produzirem produtos que necessitem de pouca água, ex: mandioca, batata doce, Inhame e as ervas medicinais” (ENTREVISTADO F, 2015)

Atualmente as 10 famílias do grupo entregam cerca de 400 sacolas mensais, um valor que varia das condições do consumidor e da logística da entrega, chegando de R\$ 20 a R\$ 25 reais por sacola, cada sacola contém uma variedade de 10 alimentos. O grupo atende uma demanda de 12 grupos de consumidores, com média de 85 pessoas. Apesar de já haver mais pessoas

interessadas nas sacolas, devido compreender a responsabilidade frente aos consumidores, o grupo procura ir aos poucos conforme conseguem aumentar sua produção, para assim, garantir qualidade nas entregas.

Portanto, o grupo começa a se destacar na região, tanto que o Entrevistado C (2017) se admira das conquistas do grupo em relação ao comércio de orgânicos, “apesar dos pesares, a uma inserção do orgânico na sociedade, mesmo com a dificuldade de compreender a importância de alimento saudável” (ENTREVISTADO C, 2017).

Além da comercialização a partir de sacolas ecológicas, o grupo comercializa em feiras, eventos e já recebeu convites para participar do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), mas neste caso, não teriam condições de entregar os produtos como orgânicos, então decidiram não levar em frente as discussões. Neste último mês de outubro, já se obteve propostas de cooperativas e mercados da região. Conforme figura 7.

Figura 7 - Exposição dos produtos em evento



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

4.6 Perspectivas, tarefas e desafios do grupo Resistência Camponesa, frente a matriz agroecológica

Um dos grandes desafios assumidos pelas famílias frente a Rede Ecovida, elevar a produção agroecológica para além de um pequeno espaço

da propriedade, pois a família tem o prazo de 5 a 6 anos para certificar e potencializar toda a sua propriedade a partir do selo agroecológico.

Hoje as famílias fazem parte de uma associação do próprio assentamento, afim de conseguir recursos para a compra de mudas frutíferas, nativas e ornamentais e equipamentos que facilitem no manejo das hortaliças e assim poder se dedicar as outras particularidades da propriedade. Com as visitas nas hortas dos integrantes consegui identificar que houve uma mudança na produção, hoje já se consegue observar que as hortas estão com uma diversidade de produtos, a própria aceitação de ervas medicinal, de flores, de temperos e árvores frutíferas entre outros, que contribuem para o controle biológico do local, como ressalta o entrevistado C “as atividades da roça é mais valorosa de trabalhar, chegar na horta e sentir o cheiro dos remédios, dos temperos, das flores é muito gratificante” (ENTREVISTADO C, 2017).

Pelo fato de atribuírem ao processo de transição para o agroecológico de forma mais lenta da propriedade como um todo, em pequenos espaços das áreas, já está começando as agroflorestas, a dedicação a mudas frutíferas, a demonstração em eventos dos sucos verde, trabalham com a bioenergia nas hortas, já está se construindo a proposta de um Horto Medicinal além de um banco de sementes crioulas. Vale ressaltar que na última Jornada de Agroecologia que o grupo participou, foi feito o teste de transgenia em suas sementes, se comprovou que as sementes não continham nem um tipo de veneno, não são transgênicas e eram verdadeiras sementes crioulas. Conforme figuras 8 e 9.

Figura 8 – preparação e seleção das sementes



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Figura 9 – Resultado do teste de transgenia



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Referente às questões ambientais, o grupo hoje não se utiliza dos transgênicos nas lavouras, grande parte já tem a proteção das suas fontes, foram restauradas as áreas de preservação permanente (APP), já se encaminhou a demanda das foças sépticas para todos, desde o início do assentamento já é proibido caça e pesca, o cuidado com os animais e

hortaliças a partir de caldas e produtos homeopáticos, a separação de lixo, e também estando proibido o uso de queimadas sob qualquer circunstância.

Por fim, alguns integrantes do grupo ainda estão conhecendo princípios voltados a produção totalmente agroecológica, mas procuram dar um passo por vez, acredito que para algumas pessoas, agroecologia é um nome que ainda assusta. O Resistência Camponesa é um grupo que está em uma constante em construção e assim podemos dizer da agroecologia que não foge deste caminho.

As perspectivas do grupo é em relação ao aumento do número de famílias, a certificação da propriedade inteira dentro das normas da Rede Ecovida bem como garantir a permanência dos filhos na continuidade do trabalho avançando na produção orgânica para melhor qualidade de vida família e da comunidade. É notória a persistência em continuar a se a fortalecerem e se construírem enquanto grupo de produção agroecológica.

4.7 Viagens e momentos de formação

No final do mês de outubro, o grupo passou por dois momentos muito importantes no processo de formação e trocas de conhecimentos, este momento foi muito importante e acabou trazendo experiências que particularmente o grupo estava necessitando, para firmar sua proposta agroecológica.

Algumas famílias ainda estão se conhecendo na transição para a agricultura mais ecológica e sustentável, por tais motivos o próprio trabalho prático de seu dia a dia e o processo de consciência de sua importância é um processo contínuo e lento. O grande ponto positivo e o principal é o fato de querer, e estar, disposto a mudança. O que se necessitava era que o grupo olhasse experiências acontecendo na prática referente à agroecologia.

Neste contexto é que a viagem para a Lapa- PR, mais preciso ao assentamento Contestado, deixou o grupo entusiasmado e mais forte em sua proposta. Na parte da manhã, conheceram a propriedade de um companheiro que também faz parte do Núcleo Maria Rosa da Rede Eco Vida. Lá foram contemplados com a agrofloresta e uma horta agroecológica, três questões

foram importantes: o primeiro está voltado à própria agrofloresta foi uma experiência que não tinham visto ainda na prática, e acabou motivando as famílias que começaram o plantio de frutíferas e compreenderam a finalidade da proposta agroflorestal. A segunda está voltada a questão da cobertura, até então, principalmente nas hortas, deverias ocupar todos os espaços com canteiros e sempre mantê-los os mais limpos possíveis de qualquer erva daninha. Com a visita ficou claro a importância de um canteiro bem coberto e que as ervas daninhas são roçadas e utilizadas nos próprios canteiros, quando se deixa o solo muito exposto você acaba com seus nutrientes. A terceira está voltada a questão da superprodução, quando a terra é bem manejada e coberta ela devolve com uma ótima produção, isto foi deixado claro na propriedade visitada, pois garantia entregas para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e para as sacolas agroecológicas, no dia da visita fomos contemplados com mais de 700 kg de alho agroecológico e 600 kg de beterraba já colhidos para entrega.

Na parte da tarde foram conhecer a produção de moranguinhos orgânicos, já que é uma fruta que o grupo levou como meta de produção para o próximo ano, acharam importante conhecer mais sobre a mesma. E ainda, conheceram a agroindústria da cooperativa de orgânicos do assentamento, lá se faz o processo de industrialização, carregamento e distribuição das hortaliças dos produtores de orgânicos do assentamento e região. Conforme figura 10.

Figura 10 – visita ao Assentamento Contestado, Lapa – Pr.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Ainda no final de outubro, houve o curso de formação básica em orgânicos, o grupo conseguiu retirar muitas dúvidas principalmente das noções básicas de regulamentações para certificar toda a propriedade, desde as áreas de hortaliças, lavouras e animais. Apesar de serem questões básicas de uma produção orgânica e o grupo já conhecerem algumas dessas questões, saíram satisfeitos e se viram interessados em mais cursos, seja de orgânicos e principalmente de agroecologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de desenvolvimento no campo estabelecido no Brasil, a partir dos anos 80, nos mostra o quanto o Brasil progrediu, na produção de commodities, na produção em grande escala, no superfaturamento com a abertura de indústrias multinacionais, na tecnologia, entre outros aspectos. Porém, levou o país ao controle de sua cadeia produtiva nas mãos das multinacionais estrangeiras. É um projeto que tem caminhado para o superfaturamento com os grandes latifúndios do Brasil, e ainda na construção de uma sociedade dívida em classes. Por tal fato o país regride constantemente, tanto nas esferas econômicas, como culturais, sociais e ambientais.

A necessidade de retratação do capital frente a sociedade é um luta árdua e constante de movimentos sociais, ambientalistas, ONGs, povos das florestas e a sociedade em geral, que passam a sentir no dia a dia a consequência da hegemonia do agronegócio, das redes de telecomunicação, da política partidária, do conservadorismo da burguesia, e das multinacionais.

É neste contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, busca um conjunto de ações no campo, principalmente na produção de alimentos saudáveis. A agroecologia abraçada pelo movimento parte de princípios, construídos com responsabilidade e respeito ao homem, a natureza, a fauna e flora. A agroecologia no MST em geral, é uma construção lenta e em longo prazo, apesar de já haver vários exemplos de produção agroecológica nas áreas de reforma agrária, parte da consciência de cada indivíduo entender sua importância frente a luta de classes.

O grupo Resistência Camponesa, faz parte destes exemplos, apesar de ser um grupo que segue em processo de aprendizagem, já consegue compreender a importância de se produzir agroecologicamente, e ainda de conseguiram compreender que o agronegócio não é o único modelo a ser

seguido e nem o melhor. A partir do contato com a agroecologia o grupo construiu uma relação positiva com a natureza, produzindo alimentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, Thiago de Andrades; NASSER, Rosangela G. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v. 21, Juiz de Fora, 2007. Disponível em http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 27 jun 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária**. Mundo Agrário, v. 12, La Plata, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S151559942011000200006&script=sci_arttext&tlng=en . Acesso em: 02 out. 2017.

BORGES, Juliano Luis. **MST: do produtivismo a agroecologia**. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLITICA “SOCIEDADE E POLITICA EM TEMPOS DE INCERTEZA”, 2009, Curitiba. Anais eletrônicos Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT7%20online/mst-produtivismo-JulianoBorges.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm . Acesso em 14 de agosto de 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância. p. 192. 2011.

DE´CARLI, Caetano. **O discurso político da agroecologia no MST: O caso do assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará**. Revista crítica de

Ciências Sociais. Coimbra, p. 105- 130, 2013. Disponível em: <https://rccs.revues.org/5245>. Acesso em: 13 out. 2017.

FINATTO, Roberto Antônio. **Redes de agroecologia e produção orgânica na Região Sul do Brasil**: Das intencionalidades à materialidade socioespacial. 2015. 322 p. Tese (Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós Graduação em Geografia, Florianópolis, 2015.

FONSECA, Maria Fernanda de A. C. [et al.] SOUZA, Cláudia. **Agricultura orgânica**: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. PESAGRO-RIO, Niterói, 2009. 119 p.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações. **PRODES estima 7.989 km2 de desmatamento por corte raso na Amazônia em 2016**. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4344. Acesso em: 27 jun 2017.

LAZZARETTI, Miguel Â. Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao MST. **Revista tempo da ciência**, v.21, n.41. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, 2014. p. 145 – 162. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/11024/7855> . Acesso em: 10 de Out 2017.

LIMA, Francisco V. Territorialização do agronegócio e resistência camponesa. **Mecator**, v.15, n.1. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016. p. 73-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v15n1/1984-2201-mercator-15-01-0073.pdf>. Acesso em: 30 out 2017.

MEDAETS, J.P.P.; MEDEIROS, J.X. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede**. Cuiabá, p. 18, 2004. Disponível em: <http://ciorganicos.com.br/biblioteca/producao-organica-familiar-certificacao-por-auditoria-e-certificacao-participativa/>. Acesso em: 15 out. 2017.

MST. IV Congresso do MST: **Programa Agrário do MST**. Diagramação: Secretaria Nacional do MST. São Paulo, p. 5 – 20, 2013.

MEIRELLES, Laércio. **A Certificação de Produtos Orgânicos – caminhos e descaminhos**. Centro Ecológico Assessoria e Promoção em Agricultura Ecológica. Ipê- Serra, p. 7, 2003.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da revolução verde**. (SBPC) sociedade brasileira para progresso da ciência - Consciência. Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2017.

OLIVEIRA, Umbelino A. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, São Paulo, V. 15, n 43, p. 185 – 206 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. In: **Manejo sadio dos solos. Revista Agriculturas experiências em agroecologia**, v.5, Rio de Janeiro, Setembro de 2008. p 7- 11. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf Acesso em: 12 out. 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia e agricultura orgânica: Controvérsias e tendências**. Editora UFPR, n. 6, p. 67-80. 2002. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22129/14493>. Acesso em: 13 out. 2017.

STEDILLE, João Pedro (Org). História da questão agrária no Brasil. In: **A questão agrária no Brasil 2 o debate da esquerda: 1960 - 1980**. Expressão popular, São Paulo, 2005. p. 9 – 16.

STEDILE. João Pedro (Org). MARTINS, Jose de Souza. A questão agraria brasileira e o papel do MST. In: **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Editora Vozes, Petrópolis- RJ, 1997. p. 11- 76.

STEDILE, João Pedro (Org). RIBEIRO, Ademar Romeiro. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: **A questão agrária hoje**. Ed. Universidade/ UFRGS. Porto Alegre, 2002. p. 105- 143.

STEDILE, João Pedro; Mançano, Bernardo Fernandes. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, editora fundação Perseu Abramo; 1º edição de 1999.

THUSWOHL, Maurício. Syngenta lidera mercado de agrotóxicos. **Democracia direta**, Rio de Janeiro, 25 de outubro 2013. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/economia_syngenta-lidera-mercado-de-agrot%C3%B3xicos/37034916 . Acesso em: 27 jun 2017.

APÊNDICE A – Questionário

Nome dos integrantes da família.

- a
- b
- c
- d
- e

1. Há quanto tempo mora na propriedade?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 15anos
- c) 16 a 25 anos
- d) mais de 25 anos

2. Quando começou a produzir orgânicos.

- a) 6 a 10 meses
- b) 1 a 2 anos
- e) 3 a 5 anos
- d) mais de 5 anos

3. Qual a renda da família mensal?

- a) Maior que 300 reais
- b) Maior que 500 reais
- c) maior que 600reais
- b) d) maior que 1000 reais

4. Quando começou a participar do grupo.

- a) 3 a 6 meses
- b) 4 a 9 meses
- c) 10 a 1 ano
- d) mais de 1 ano

5. O que te levou a participar do grupo.

R:

6. O que mudou pessoalmente quando começou a participar do grupo.

R.

8. Trabalhar e comercializar em grupo você acredita que dacerto?

R.

9. Como vocês se organizam?

R.

10. Você compreende a importância da produção agroecológica?

R.

11. Como está acontecendo o processo de conversão do químico para o orgânico?

R.

12. Quais caminhos esta fazendo para levar a sua propriedade para a produção agroecológica?

R.

13. Vocês participam de momentos de formação para compreender a produção agroecológica?

R.

14. Como começou a pensar a certificação da sua propriedade?

R.

Quanto a certificação participativa você acredita que que pode dar certo?

R.

15. Fale quais os limites e avanços do grupo?

R.

Quais suas perspectivas para o grupo, a família e a propriedade?

R.

ANEXO A - Mapa de localização do Município de Imbau.



Fonte: Google Maps, 2017.